



S.

R.

## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

### NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Decorrem neste momento os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito com o objectivo de se apurarem as condições que rodearam as substituições ocorridas na Polícia Judiciária.

Foi decidido que as audições no seio da comissão decorressem à porta fechada com o óbvio propósito de não virem a ser imediatamente do domínio público as intervenções que tenham lugar.

Apesar disso, verifica-se que a comunicação social dispõe de fontes que lhe permitem noticiar as declarações prestadas, declarações que não são constatadas directamente pelos senhores jornalistas.

Foi no âmbito das notícias vindas a lume, sobre a audição parlamentar de ontem, que surgiu a afirmação segundo a qual existiu um telefonema da Senhora Ministra da Justiça para o Procurador-Geral da República com o objectivo deste convencer a Senhora Dr<sup>a</sup> Maria José Morgado a abandonar o cargo da P.J. em troca da oferta de uma outra colocação.

Em abono da verdade cumpre esclarecer que tal telefonema com tal conteúdo ou qualquer outro contacto com o mesmo propósito nunca existiu.

Importa acrescentar ainda o seguinte:

O Procurador-Geral da República não está nem tem que estar envolvido nas substituições que se operaram na Polícia Judiciária.

Cumpre-lhe acompanhar o facto porque tanto a anterior direcção como a actual integram magistrados do Ministério Público em comissão de serviço, o que pressupõem autorização do Conselho Superior do Ministério Público. Ainda porque, sendo a Polícia Judiciária um órgão de polícia criminal essencial para que os magistrados do Ministério Público possam desempenhar cabalmente as suas funções, interessa a estes, evidentemente, que o trabalho daquela polícia se desenvolva nas melhores condições possíveis. O Procurador-Geral da República não teve interferência nas escolhas que foram feitas dos actuais cargos dirigentes da Polícia Judiciária.

Lisboa, 06 de Novembro de 2002

A Assessora de Imprensa

Sara Pina